

O IMPACTO DA FALTA DE RASTREAMENTO MAMOGRÁFICO EM POPULAÇÕES RIBEIRINHAS: DESAFIOS E SOLUÇÕES RADIOLÓGICAS

Maria Carolina Froes Teixeira¹

Isadora Cordeiro Vasco Gonzaga²

Sophia Custódio Vilarinho Nunes³

Rafael Dangoni de Souza Pires⁴

Ribeirinhos são um grupo populacional que moram às margens dos rios ou em casas flutuantes, possuindo, geralmente, baixa renda. Áreas isoladas implicam em infraestruturas de saúde precárias, número insuficiente de mamógrafos e falta de profissionais especializados. A dificuldade de acesso à mamografia resulta em uma busca ativa ineficaz de mulheres entre 50 a 69 anos. Há, ainda, a dificuldade em prosseguir com o tratamento na região urbana, visto que exige da paciente o deslocamento, hospedagem e alimentação. Exibe-se, portanto, a necessidade de implementação de estratégias que assegurem a reestruturação do acesso à prevenção de doenças, preconizada no SUS. Objetiva-se nesse estudo sintetizar e relatar como a ausência do rastreamento mamográfico afeta a população ribeirinha, destacando os principais desafios enfrentados e possíveis soluções radiológicas aplicáveis à detecção precoce do câncer de mama nessas regiões. Realizou-se, diante disso, uma revisão sistemática de literatura, em que foram utilizados artigos científicos por meio dos descritores: “Impacto Primário”, “Mamografia” e “População Ribeirinha”. As buscas foram feitas na base de dados SciELO e Google Acadêmico, foram encontrados 24 artigos publicados e 2 artigos atenderam ao critério de inclusão: textos em português pertinentes ao tema; e 22 artigos foram excluídos por não mostrarem relação direta com o assunto abordado. Segundo dados do IBGE, a proporção de mulheres entre 50 a 69 anos que nunca realizaram exame mamográfico é maior na região Norte, cerca de 42,1%, em comparação com as demais regiões brasileiras, como no Sudeste com 16,6%. Dito isso, analisa-se que se não há rastreio, não se detecta o câncer em seu estágio inicial, dificultando o tratamento e aumentando desfechos desfavoráveis. Os dados analisados reforçam que as populações ribeirinhas enfrentam barreiras significativas para a realização da mamografia de rastreio. A baixa cobertura do exame nessas regiões decorre da ausência de infraestrutura adequada, do número reduzido de mamógrafos e da escassez de profissionais especializados, o que amplia as desigualdades regionais em saúde. A realidade de deslocamentos longos até áreas urbanas, somada aos custos adicionais de hospedagem e

alimentação, gera desistência ou atraso no início do tratamento. Frente a esse cenário, estratégias radiológicas viáveis tornam-se fundamentais. O uso de unidades móveis de mamografia já demonstrou impacto positivo em iniciativas, como o programa Mulheres de Peito, em São Paulo, que percorre municípios do interior oferecendo exames gratuitos e ampliando o diagnóstico precoce. Campanhas nacionais, como o outubro Rosa, também são relevantes, pois conseguem mobilizar comunidades inteiras para o rastreamento e poderiam ser adaptadas às realidades ribeirinhas, associando-se a ações itinerantes de saúde. Outro recurso promissor é o telelaudo, já utilizado em estados como Santa Catarina e Minas Gerais, no qual exames realizados em regiões remotas são interpretados por especialistas à distância, reduzindo o tempo diagnóstico e ampliando o acesso a serviços especializados. Ademais, parcerias com universidades e hospitais de referência possibilitam apoio técnico e científico, enquanto a educação em saúde desempenha papel crucial na conscientização sobre a importância do rastreamento, estimulando maior adesão das mulheres às campanhas de prevenção.

Palavras-chave: Impacto. Rastreio mamográfico. População ribeirinha. Acesso.